

São Paulo, A fundação do Universalismo (Alain Badiou)

São Paulo, The Foundation of Universalism (Alain Badiou)

Rebeca Espinosa Cruz Amaral

Resumo

Em *São Paulo, a fundação do universalismo*, Alain Badiou faz uma análise sobre o papel histórico e político de São Paulo e através deste propõe propiciar as condições para que uma verdade apareça como ruptura, interrupção, dado que, segundo ele, o acontecimento deve ser entendido como a reinvenção de um modo de viver que desvia da repetição e produz novos modelos de pensar, viver e agir.

Palavras-chave

Acontecimento, Verdade, São Paulo

Abstract

In Sao Paulo, the foundation of universalism, Alain Badiou analyzes the historical and political role of São Paulo and through it proposes to provide the conditions for a truth to appear as rupture, interruption, since, according to him, the event must be Understood as the reinvention of a way of life that deviates from repetition and produces new models of thinking, living and acting.

Keywords

Event, Truth, Sao Paulo

Rebeca Espinosa Cruz Amaral

UFF

Estudante do curso de Psicologia da Universidade Federal Fluminense – PUCG. Já foi monitora da disciplina Conceitos Fundamentais da Psicanálise no Departamento de Psicologia de Campos dos Goytacazes e é integrante de projetos de pesquisa e extensão na área de psicologia, psicanálise, infância e educação.

Resenha

Em *São Paulo, a fundação do universalismo*, Alain Badiou faz uma análise sobre o papel histórico e político de São Paulo, conhecido por muitos como apóstolo cristão, através do problema ético que atravessa sua filosofia. Ele deixa claro desde o início, que não abordará Paulo como um santo ou um apóstolo, não vendo em Paulo nada de sagrado, mas apenas o tomará enquanto uma figura subjetiva que o toca pessoalmente, e cuja poética o impressiona: “um pensador-poeta do acontecimento e, ao mesmo tempo, aquele que pratica e enuncia atos constantes característicos do que se pode denominar a figura militante.” (BADIOU, 2009, p. 8) Badiou recorre a Paulo, em busca de uma nova figura militante, pelo meio da compreensão de sua história à luz das relações entre o pensamento prático e a ruptura.

A partir de sua tentativa de “refundar uma teoria do Sujeito que subordine a existência à dimensão aleatória do acontecimento e à pura contingência do ser-múltiplo” (BADIOU, 2009, p. 11), Badiou introduz a questão do universalismo, como foco neste livro, a partir de Paulo.

Para Badiou, Paulo é contemporâneo na medida em que sua operação de separar os processos de verdade da historicidade cultural na qual eles são inseridos e dissolvidos pela opinião pública, é uma necessidade atual. Subtraindo a verdade da dominação comunitária e favorecendo uma conexão singular e paradoxal entre um sujeito sem identidades e uma lei sem suporte, ele torna possível uma restituição do universal.

Isto porque a nossa atualidade, segundo ele, se compõe da redução progressiva da verdade, ou seja, a redução do pensamento a forma linguística do julgamento, através do qual todo acesso ao universal sucumbe a partir da tentativa de “interseção entre a ideologia culturalista e a concepção vitimária do homem” (BADIOU, 2009, p. 13), promovendo os particularismos culturais.

Segundo Badiou, a verdade não pode se sustentar pela expansão abstrata e homogênea do capital, que amplia os automatismos - configurando o mundo como um mercado, segundo teoria de Marx - e faz com que haja uma fragmentação em identidades fechadas, o que gera uma ideologia culturalista e relativista na qual a verdade também não pode se sustentar. Toda verdade é singular, e essa singularidade é universal. Por isso, Badiou afirma que o mundo contemporâneo é hostil com os processos de verdade, realizando, como sintomas, superposições nominais.

Para romper com tudo isso e estabelecer as condições de uma singularidade universal, é que Badiou recorre a Paulo, para fazê-la valer contra as abstrações e as reivindicações particularistas. Para com esse objetivo:

O caminho geral de Paulo é o seguinte: se houve um acontecimento e se a verdade consiste em proclamá-lo e, em seguida, ser fiel a essa proclamação decorrem duas consequências. Primeiro, sendo a verdade pertinente ao acontecimento, ou da ordem do que advém, ela é singular. [...] Não poderia, portanto, haver uma lei da verdade. Em seguida, sendo a verdade registrada a partir de uma declaração de natureza subjetiva, nenhum subconjunto pré-constituído a sustenta, nada de comunitário ou de historicamente estabelecido empresta sua substância a seu processo. A verdade é diagonal em relação a todos os subconjuntos comunitários, ela não comporta nenhuma identidade. (BADIOU, 2009, p. 21)

Após a explicação sobre a contemporaneidade de Paulo, Badiou pensa ser importante apresentá-lo, já que, é a partir de sua vida que constrói e demonstra sua militância.

Mas esta é apenas sua segunda linha de combate, sendo a primeira e mais importante seu conflito com os judeo-cristãos de estrita observância. Neste ponto é necessário retornar um pouco ao momento marcante dessa história: Paulo, até então chamado Saul, um judeu que perseguia os cristãos, converte-se ao cristianismo a partir de uma aparição divina na forma de “uma voz misteriosa que lhe revelou a verdade e sua vocação.” (BADIOUS, 2009, p. 26). Esse acontecimento, segundo Badiou, realiza um corte que instaura um novo sujeito, um sujeito cristão que ressurgiu pela declaração da fé, até mesmo com um novo nome. Munindo-se apenas de seu acontecimento, e desviando-se de selos oficiais ou outras autoridades, Paulo inicia suas viagens missionárias para anunciar o Evangelho, sendo obstinado em seus princípios e militante eficiente. Ele caminha por diversos territórios afirmando que Jesus é o Messias, e formando nas regiões em que passava, núcleos de fiéis, onde era possível distinguir, segundo as palavras de Badiou (2009), os simpatizantes (pagãos-cristãos) e os adeptos (judeo-cristãos). É ao redor disso que se desenvolve sua linha de frente contra os judeo-cristãos de estrita observância:

Para ele (e nesse ponto estamos de acordo), o processo de uma verdade é tal, que não comporta graus. Ou dela participamos, declaramos o acontecimento fundador e tiramos suas consequências, ou dela permanecemos fora. [...] Portanto, Paulo considera todos os convertidos como fiéis em pleno exercício, qualquer que seja sua origem, sejam ou não circuncidados. Os judeo-cristãos de estrita observância mantêm a prática dos graus de adesão e acham realmente escandaloso que sejam consideradas como iguais pessoas que não têm os traços distintivos nem as práticas rituais da comunidade. (BADIOUS, 2009, p. 31)

Para resolver essa questão que organiza o enlace entre a singularidade e a universalidade, organizou-se, com a presença dos apóstolos históricos, a Assembléia de Jerusalém, que tinha como principal disputa a questão do ritual da circuncisão. Mas para Badiou,

O debate, filosoficamente reconstituído, baseia-se em três conceitos. A interrupção (o que um acontecimento interrompe e o que ele preserva?). A fidelidade (o que é ser fiel à interrupção pertinente a um acontecimento?). Os traços distintivos (existem traços ou sinais visíveis da fidelidade?). Na interseção desses três conceitos elabora-se a pergunta fundamental: quem é sujeito do processo de verdade? (BADIOUS, 2009, p. 33)

Em virtude disso, a batalha foi dura, pois o que a liberdade em Cristo, pregada por Paulo, coloca em jogo é a questão da lei e sua relação com o sujeito. Apesar de não resolver todas as questões, a Assembleia termina com um acordo que definia Pedro como apóstolo dos judeus e Paulo dos pagãos. O incidente de Antioquia, porém, faz Paulo acusar Pedro de hipocrisia, e demonstra sua fidelidade aos princípios.

O que esse incidente lhe mostra é que a Lei, em seu antigo imperativo, não é mais suportável mesmo para aqueles que a invocam. Isso alimentará uma tese essencial de Paulo, a de que a Lei tornou-se uma imagem da morte. [...] Para Paulo, não é mais possível manter o equilíbrio entre a Lei, que é, para a verdade que surgiu, um princípio de morte, e a declaração pertinente ao acontecimento, que é seu princípio de vida. (BADIOUS, 2009, p. 36)

Por tudo isso, Badiou chama atenção para a implicação dos textos de São Paulo e sua utilização, desde a inclusão destes no Novo Testamento, fato

que como ele mostra, foi motivado mais por contextos políticos, do que unicamente como disseminação de uma palavra religiosa.

Inicialmente, Badiou alega que os textos de Paulo surgiram e circularam a partir da necessidade combativa que faz dele um líder. Seus textos, portanto, são documentos militantes, cartas escritas por ele para grupos que ele fundava e apoiava, tratando-se, pois, de intervenções, palavras de ruptura usadas na forma escrita quando necessário.

Essa escrita, porém não partiu de um discípulo ou alguma personalidade com clara legitimidade histórica, mas chegou até nós, e disso, Badiou extrai quatro observações: 1) As epístolas de Paulo são os textos cristãos mais antigos, anteriores aos Evangelhos; 2) Elas se contrastam aos Evangelhos, pois não tratam da vida empírica de Jesus. No entanto, levam apenas a mensagem clara de que ele é filho de Deus e por isso morreu na cruz. Estes sendo, segundo Badiou, “os únicos verdadeiros textos doutrinários do Novo Testamento” (BADIOU, 2009, p. 44); 3) Paulo é precursor do deslocamento da diáspora judaica, devido à sua visão universal e descentralizada; 4) Seus textos foram utilizados pela Igreja que construiu uma imagem racional dele para combater o ultrapaulinismo da heresia de Marcião.

Outro fato importante em seus textos é que quando Paulo se refere a gregos e judeus, ele não está se referindo a eles enquanto povos, mas, segundo Badiou, como disposições subjetivas, regimes do discurso. Paulo, porém, se contrapõe a ambos os discursos, julgando que são figuras de dominação ligadas à ideia de salvação, e que nenhum dos dois pode ser universal.

O discurso cristão para ele deve ser um discurso do Filho, um discurso novo, que rompa com a dominação dos anteriores e siga uma diagonal, traçando uma terceira figura, a do apóstolo, que não é nem testemunha e nem memória dos fatos, mas aquele que nomeia e é fiel a possibilidade prescrita pelo acontecimento, não dependendo do conhecimento, pois ele é inominável.

Por fim, ele define um quarto discurso como limite ao seu, um discurso mítico, do inefável, da glorificação. Mas este deve permanecer fora da pregação, pois ele não aceita que o discurso da declaração use um discurso cujo argumento é inominável. Sua ética é antiobscuranista, ele defende o discurso militante da fraqueza e a força da convicção do mesmo. “Deixemos a verdade a seu “sem-voz” subjetivo, pois somente o trabalho de sua declaração a constitui.” (BADIOU, 2009, p. 64)

Badiou afirma que o tesouro ao qual Paulo se refere em uma de suas passagens é o próprio acontecimento e que

Qualquer que seja o sujeito de uma verdade (amor, arte, ciência ou política) sabe-se que, de fato, ele carrega um tesouro, sabe-se que ele é entranhado por uma potência infinita. Depende apenas de sua fraqueza subjetiva a continuidade ou não do desenvolvimento dessa verdade tão precária (BADIOU, 2009, p. 69).

A partir do momento em que Paulo institui um novo discurso, o qual declara o acontecimento, ele torna-se filho dele, e como filho, a ele nada falta. E por construir a ideia de que a ressurreição é um acontecimento ele declara que “o filho ressuscitado filia a humanidade inteira” (BADIOU, 2009, p. 71). Assim, é necessário destituir a figura do mestre e fundar a igualdade dos filhos que são libertados da lei pelo acontecimento, que, por sua vez, edifica uma comunidade do destino, pois nos torna uma nova criatura. Seu discurso trata, portanto, de uma nova relação com o objeto, enquanto outra

figura do real a partir da degradação da subjetividade assumida como resíduo. Mas essa nova figura do real

Se desenvolve pela revelação de que o que constitui o sujeito, em sua relação com esse real inédito, não é sua unidade, mas sua divisão. Pois um sujeito é, na realidade, o entrelaçamento de duas vias subjetivas, que Paulo denomina a carne (oóρϜ) e o espírito (TiveO^a). E o real, por sua vez, na medida em que é, de alguma maneira, “apreendido” pelas duas vias que constituem o sujeito, declina-se sob dois nomes: a morte (Mvoruoç) ou a vida (Cor)]. (BADIOU, 2009, p. 67)

A ressurreição, como acontecimento, para Paulo é o que volta o centro de gravidade da vida para a vida e nos torna sujeitos “não... mas”, como analisa Badiou. Esta forma porta o universal a partir da divisão, da ruptura provocada pelo acontecimento, descartando-se a lei para entrar na graça, em virtude do acontecimento suspender a via da carne por um “não” e afirma a via do espírito por um “mas”. (BADIOU, 2009, p. 76).

Em virtude dessa divisão do sujeito em duas vias, onde uma delas é a morte, Badiou investiga a função da morte a partir da premissa de que “o acontecimento é que Jesus, o Cristo, morreu na cruz e ressuscitou.” (BADIOU, 2009, p. 77). Para ele, Paulo sustenta uma posição antidialética, não vendo a morte como exercício obrigatório do negativo, o que faz com que a graça seja uma afirmação sem negação preliminar, ou seja, ela é encontro. Para Paulo, portanto, o acontecimento é a ressurreição, e não a morte. Esta por sua vez, é o pensamento da dimensão da carne do sujeito, e é uma condição de imanência na medida em que a morte de Cristo é um meio de igualdade com Deus. Logo, a morte não é uma operação da salvação, ela “é construção do local pertinente ao acontecimento” (BADIOU, 2009, p. 83).

Morte e ressurreição são funções distintas, e sua articulação não é necessária, já que mesmo existindo um local pertinente ao acontecimento, o surgimento destes é da ordem da graça. Portanto, a morte não é o culto de Paulo como afirma Nietzsche, pelo contrário, seu projeto é matar a morte “e fundar um “sim” universal” (BADIOU, 2009, p. 84).

O primeiro nome da morte é a lei, que pertence, justamente, às obras, à via subjetiva da carne, em oposição à graça e à fé, que tem a vida como real e pertencem a via subjetiva do espírito. Paulo se coloca ao lado da graça e contra a lei, pois essa, segundo ele, “objetiva” a salvação e proíbe que ela seja atribuída à gratuidade do acontecimento-Cristo.” (BADIOU, 2009, p. 89) colocando em questão a ligação entre o acontecimento e a universalidade, que trata do Um, de uma verdade. Este Um é a máxima da universalidade, e a ele se opõe a lei na medida em que esta indica sempre uma particularidade, uma diferença.

Para que uma verdade surja com o acontecimento ela exige estar sem número, sem predicado, incontrolada. É precisamente o que Paulo denomina a graça: o que ocorre sem se basear em algum predicado, o que é translegal, o que acontece a todos sem razão determinada. A graça é o contrário da lei, uma vez que aquela é o que vem sem ser devido. (BADIOU, 2009, p. 90).

Logo, os sujeitos não podem ser fundamentados pelo o que lhes é devido, e sim por um carisma, pois seu advento é a operação redentora. Já que a salvação não tem a forma de recompensa, o ponto da subjetividade é a declaração do acontecimento. O carisma sustenta um sem motivo que faz com que a destinação seja para todos, detendo uma “potência de excesso sobre a lei que faz caírem as diferenças estabelecidas.” (BADIOU, 2009, p. 92).

O sujeito associado à lei é o do pecado, uma vez que lei confere ao desejo uma autonomia que permite que seu sujeito ocupe um lugar de morto. Ela dá vida ao desejo e o liberta do automatismo da repetição designando-lhe seu objeto. Nesse caso o sujeito está ao lado da morte, enquanto a vida está ao lado do pecado, e para que isso se inverta, é necessário romper com a lei. O sujeito de uma verdade universal, que rompe com a lei, é convocado pela ressurreição a se identificar com o nome da fé, ele está a serviço da verdade, que age na direção de todos. Pelo acontecimento ele é subjetivação.

Logo, a salvação é um desbloqueio do mecanismo subjetivo do pecado no qual estamos, é uma desliteralização do sujeito quando este “sustenta o pensamento na potência do fazer” (BADIOU, 2009, p. 98). A ressurreição faz ativa a via trans-literal do sujeito através do puro ato que é excesso da graça, sendo o acontecimento uma condição do pensamento ativo. É a ressurreição, portanto, que reorganiza os lugares da morte e da vida.

Apesar do acontecimento-Cristo ser a abolição da lei enquanto império da morte, isso não significa que o sujeito que resolve seguir o discurso cristão é absolutamente sem lei. Paulo fala da existência de uma lei, mas essa deve ser entendida como uma lei trans-literal, do espírito. Essa lei não literal é o amor, que se torna o destino universal da verdade.

O amor exige a fé enquanto mais do que uma convicção interna, sendo uma declaração pública do acontecimento (ressurreição) que evidencia a verdadeira subjetivação e coloca o sujeito na perspectiva da salvação, prescrevendo uma possibilidade nova para todos.

Em virtude disso, ele declara o que chama de Teorema do militante, “O que dá potência a uma verdade e determina a fidelidade subjetiva é o destino a todos da relação consigo mesmo induzida pelo acontecimento, e não essa própria relação.” (BADIOU, 2009, p. 105).

Apesar de exigir a fé, esta por sua vez, sem o amor, é um subjetivismo vazio. Somente o amor efetua a unidade do pensamento e da ação, implica a universalidade do destino, salva e liberta, é a vida da verdade, labor, enquanto a graça somente indica essas possibilidades.

Por isso, o que faz uma verdade existir no mundo é a energia que tem o nome paulino de “amor” cuja forma é idêntica à sua universalidade, ou seja, deve destinar-se a todos. E como diz Badiou em seu sétimo teorema, “A materialidade do universalismo é a dimensão militante de toda verdade.” (BADIOU, 2009, p. 107).

Em virtude de tudo isso, Paulo declara que “três coisas permanecem: a fé, a esperança e o amor” (ICor. 13. 13). A esperança neste caso está ligada a justiça, mas não seguindo sua concepção judiciária e objetiva, que se desenvolve pela via do julgamento e busca uma recompensa para os fiéis e punição para os infiéis. A esperança para Paulo refere-se a um imperativo de continuação, obstinação, paciência, resistência e perseverança no caminho à verdade, constituindo uma figura subjetiva desinteressada. Seu universalismo não permite que a esperança seja referente a uma justiça distributiva.

A esperança mostra o real da fidelidade, “o que acompanha a paciência da verdade ou a universalidade prática do amor” (BADIOU, 2009, p. 112). Paulo não abre espaço para a vingança ou o inferno, o único inimigo que ele identifica é a morte como via do pensamento, e a justiça, assim, é a morte da morte, sendo a vitória sempre universal.

Apesar de Paulo fundar um universalismo onde o procedimento de verdade deixa de lado as diferenças, fato é que no mundo elas existem. Na concepção de Paulo, porém, para que a universalidade se edifique é preciso justamente atravessar essas diferenças, pois são para elas, para as opiniões e costumes, que o amor se orienta e a universalidade se direciona.

Dá uma característica militante muito reconhecível, que combina a apropriação das particularidades e a invariabilidade dos princípios, a existência empírica das diferenças e a sua inexistência essencial, não por meio de uma síntese amorfa, mas de acordo com uma série de problemas a resolver. (BADIOU, 2009, p. 116)

Transcender as diferenças é, portanto, o trabalho do acontecimento de uma verdade, mas isso só é possível através de uma “indiferença tolerante as diferenças”, autopraticando-as. É por isso que Paulo evita as casuísticas dos costumes e polemiza contra o julgamento moral que ameaça o para todos do acontecimento, resistindo as pressões dos costumes, ritos e opiniões.

Por fim, Badiou faz uma última análise de Paulo vendo-o como um “teórico antifilosófico da universalidade” (BADIOU, 2009, p. 126), na medida em que não há nele uma censura teórica que se baseia no único enunciado de que o Cristo ressuscitou e também por atribuir seu pensamento a um acontecimento singular. Para ele, “as condições do universal não podem ser conceituais, nem no que se refere à origem nem ao destino.” (BADIOU, 2009, p. 126). Em relação à origem é preciso que o acontecimento seja o ponto de partida para abandonar as diferenças, e em relação ao destino, a verdade se sustenta por si só.

Por isso, o universalismo deve sustentar uma não conformidade onde o sujeito, vivendo com o século, deve ser transformado através do pensamento não conformista. E esse pensamento não espera, “pois é da essência do acontecimento não ser precedido de nenhum signo e nos surpreender com sua graça, seja qual for a nossa vigilância.” (BADIOU, 2009, p. 129).

Por meio desse livro, portanto, é possível nos aproximarmos do pensamento de Alain Badiou e suas concepções. Filósofo com fortes influências marxistas e engajamento político, além de flertar um pouco com a psicanálise através de influências lacanianas, Badiou

quer pensar também aquilo que é um acontecimento (ou evento, em algumas traduções) capaz de ser apreendido apenas em suas relações com situações localizáveis (termo que não deixa de remeter a Sartre com suas situations) vinculadas a campos produtores de verdade, que são a política, a ciência, as artes e as relações amorosas. Noção de acontecimento que visa dar conta daquilo que não é o ser enquanto ser, sem ser simplesmente um não ser. Acontecimento necessariamente a-normal, instável, subtraído à representação ou, de maneira mais resumida, “histórico” e que tem a força de colocar situações em movimento. (SAFATLE in BADIOU, 2009, p. 132).

O autor articula em suas obras a ética, a estética e a política e utiliza para isso o amor, as artes, a filosofia e a ciência, que são, para ele, construções de verdade. Como marxista, se preocupa com as questões sociais do mundo contemporâneo, pensando nos efeitos que o acontecimento produz no corpo subjetivado. Ele defende que temos que ser fiéis ao acontecimento cujo pano de fundo é o acaso. O encontro faz com que sejamos modificados, ou seja, o acontecimento produz um desvio das repetições, cria outra coisa, quebra as identidades e acolhe as diferenças. O eu passa a ser, portanto, efeito desse acontecimento que tem por função a descontinuidade, em razão do eu anterior a ele não é o mesmo do posterior, ele pressupõe criações. A fidelidade é uma tentativa de fazer a experiência perdurar no tempo sendo construída e reconstruída, tendo em vista que o sentido da vida só é construído na medida em que vivo.

Para ele, a política é um procedimento de verdade para o coletivo, já que transforma em verdade o que o coletivo é capaz. Entretanto, para ele essa verdade tem que ser crítica, e como tal deve “ter a força de se voltar contra nossos próprios critérios de validade” (SAFATLE, 2009, p. 133). É por

isso que Badiou busca, através do retorno a uma potencialidade em Paulo, uma nova forma de crítica à modernidade. Ele toma a experiência de Paulo através da ressurreição e da graça para vinculá-las ao acontecimento, em razão de em ambos ser possível notar um antijuridismo, que

tem como uma de suas raízes uma filosofia que não vincula a dimensão do universal ao campo de normas consensuais que assegurariam uma racionalidade procedural generalizável e potencialmente institucionalizável. Antes, o universal está vinculado a acontecimentos que ocorrem em situações localizáveis que “colocam a língua em um impasse” por trazerem processos que ainda não tem nome, que devem ser pensados como “fora de lugar, como nomadismo da gratuidade” e que permitem o advento de um “sujeito desprovido de toda identidade”, capaz de instaurar uma posição excêntrica, indiferente em relação às possibilidades de ação postas pelo ordenamento jurídico, indiferente aos costumes e hábitos. (SAFATLE in BADIOU, 2009, p. 134).

Por tudo isso, Badiou se posiciona contra o ideal de indivíduo reconhecido enquanto uma vítima em potencial, pois sua proposta é “fundamentar a crítica social em uma ontologia capaz de refletir sobre os modos de manifestação do ser e de constituição de sujeitos a partir da fidelidade a acontecimentos.” (SAFATLE in BADIOU, 2009, p. 137). Sua visão de sujeito é de que eles são “operações que resultam em algum tipo de ancoragem em uma transcendência que se manifesta como ruptura.” (SAFATLE in BADIOU, 2009, p. 138).

O que Badiou propõe, neste livro, é propiciar as condições para que uma verdade apareça como ruptura, interrupção, dado que o acontecimento deve ser a reinvenção de um modo de viver que desvia da repetição e produz novos modelos de pensar, viver e agir. O acontecimento deve ser uma criação, onde o mais importante é a construção de verdade posterior, quando o acontecimento é reafirmado e os sujeitos são fiéis a ele, se recriando a partir dele.

Sobre a Resenha

Recebido: 17/08/2016

Aceito: 12/11/2016

Referências bibliográficas

BADIOU, Alain. **São Paulo, A fundação do universalismo**. São Paulo: Boitempo, 2009.